

BOLETIM 192

Brasília, 23 de agosto 2016

CNI diz que Indústria da construção continua operando em ritmo de queda

A indústria da construção permanece operando abaixo do usual, mas ritmo de queda da atividade e do número de empregados tem apresentado redução, avaliou a Confederação Nacional da Indústria (CNI).

De acordo com a Sondagem da Indústria da Construção (CNI), divulgada nesta segunda-feira (22), os indicadores de atividade (42,3 pontos) e de número de empregados (39,7 pontos) cresceram 1,1 e 1,6 ponto, respectivamente, na passagem de junho para julho. “Apesar do aumento, os indicadores permanecem abaixo dos 50 pontos, o que indica queda do nível de atividade e do número de empregados em relação ao mês anterior. Quanto mais abaixo dos 50 pontos, mais intensa e disseminada é a queda”, disse a CNI, no boletim da sondagem.

A utilização da capacidade de operação passou de 56% em junho para 57% em julho. Apesar do aumento, o índice permanece 8 pontos percentuais abaixo da média histórica para o mês.

Expectativas - Para a CNI, as expectativas dos empresários estão cada vez menos pessimistas. “Na passagem de julho para agosto,



Setor da construção foi um dos mais afetados pela recessão e o desemprego que afeta a economia nacional

todos os indicadores apresentaram alta, tendência observada desde abril de 2016”, disse a CNI.

Os índices de expectativa do nível de atividade (46,1) e de novos empreendimentos e serviços (44,8) variaram 1,5 ponto e 3,4 pontos entre julho e agosto, respectivamente. Na mesma base de comparação, os indicadores de expectativa de compras de insumos e matérias-primas (44,3) e do número de empregados (43,5) variaram 1,6 ponto e 1,5 ponto, respectivamente.

Os índices de expectativa variam de 0 a 100 pontos. Valores abaixo dos 50 pontos indicam expectativa de queda.

Investimentos - A baixa utilização da capacidade instalada e a fraca atividade da indústria da construção desestimulam os empresários a investir. “Embora tenha aumentado de 25,3 pontos em julho para 26,8 pontos em agosto, a intenção de investimento permanece muito baixa”, analisou a CNI.

Fonte: Agência Brasil

Governo diz que vai "segurar um pouco" os reajustes salariais

O ministro da Secretaria de Governo, Geddel Vieira Lima (*foto*), disse, nesta segunda (22), que os aumentos já aprovados serão mantidos, mas a posição do Planalto agora é de aguardar e discutir as propostas que ainda estão tramitando no Congresso.

"O que passou, passou. Agora, o momento é de segurar um pouco essa questão de reajustes. O país precisa aprovar suas reformas estruturantes, precisa sinalizar claramente o compromisso com o combate ao déficit público e com a austeridade fiscal. Esse é o nosso sentimento nessa hora", disse, após almoço entre líderes da base da Câmara com Temer.

O governo tem sido criticado por agir de forma contraditória. Ao mesmo tempo em que adota o discurso da austeridade e defende propostas que significarão cortes em direitos sociais e garantias constitucionais, oferta benesses a alguns setores que têm impacto sobre as contas públicas.

Nos últimos meses, os parlamentares aprovaram - com o aval do governo - um pacote de reajustes para várias categorias do funcionalismo, com impacto de R\$ 58 bilhões nos cofres públicos. A iniciativa fez crescer um certo descrédito em relação às intenções do governo, que acabara de aprovar uma estimativa de déficit de R\$ 170,5 bilhões - a maior da história do país.

Economistas, parlamentares e analistas, apontaram que os cortes eram, portanto, seletivos. E muitos sinalizaram que a meta fiscal



teria sido inflada, com o objetivo de agradar aliados do golpe e conquistar apoio para Temer.

Entre as propostas de reajuste que ainda estão em análise no Legislativo, está, por exemplo, o aumento do teto remuneratório dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). O projeto eleva os salários de R\$ 33,7 mil para R\$ 39,2 mil, o que tem efeito "cascata" e significará ampliar o teto remuneratório do funcionalismo público em todo o país.

Apelo por engajamento - No almoço com os líderes, Temer solicitou apoio para votações que devem ocorrer esta semana, como a conclusão da análise do projeto de renegociação das dívidas estaduais com a União e a proposta de Lei Orçamentária Anual (LDO) de 2017.

O governo quer evitar o revés que sofreu no passado, quando precisou adiar votações consideradas prioritárias por falta de quórum para aprovar as medidas. Foi o caso da análise da prorrogação da Desvinculação de Receitas da União (DRU) e do próprio projeto que alonga o prazo de pagamento das dívidas de Estados com a União.

Segundo Geddel, Temer chegou a fazer um "apelo" aos parlamentares, pedindo "engajamento" da bancada governista. "O presidente renovou esse apelo que a coordenação



política tem feito permanentemente por presença em Brasília e por engajamento da base que está participando efetivamente do governo que é hora de dar demonstração clara ao país de disposição de enfrentar os problemas”, disse.

De acordo com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, na lista de projetos prioritários, está ainda a revisão da legislação do pré-sal, um projeto do então senador José Serra, que flexibiliza a participação da Petrobras na exploração dos campos de pré-sal.

"Temos muitas medidas provisórias, os destaques da renegociação das dívidas dos Estados e, depois disso, a gente entra no Pré-sal. O pedido do presidente foi para que a Câmara possa avançar nessas matérias que são muito importantes para o país", afirmou.

Fonte: Portal Vermelho

A uberização das relações de trabalho no Brasil

*Marcio Pochmann**

A cantilena da redução dos direitos voltou a ser entoada, sob o coro dos patrões.

A terceirização e a “simplificação” trabalhista apontam para a uberização das relações de trabalho no Brasil.

Desde a transição da sociedade agrária para a urbana e industrial, iniciada na década de 1930, aos dias de hoje, o Brasil conheceu quatro distintas recessões econômicas, com impactos decisivos sobre os direitos sociais e trabalhistas.

De todas, constata-se que em duas delas houve o sentido geral de reação organizada da

sociedade que permitiu a ampliação dos direitos da classe trabalhadora, enquanto em apenas uma percebeu-se o retrocesso.

Na atual recessão, os direitos sociais e trabalhistas voltaram a ser ameaçados, exigindo resposta firme e consistente do conjunto dos trabalhadores.

Na grande recessão do início da década de 1930, por exemplo, o envolvimento dos trabalhadores se mostrou fundamental para a difusão de uma diversificada e heterogênea legislação social e trabalhista.

Com isso, somente no ano de 1943, com a implementação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), os trabalhadores urbanos passaram a deter inéditos direitos sociais e trabalhistas.

Na sequência, a grave recessão do início dos anos de 1980 descortinou uma nova etapa de lutas dos trabalhadores voltada para a proteção das ocupações, bem como a redução da jornada de trabalho, entre outras reivindicações.

O resultado disso foi a aprovação pela Constituição Federal de 1988 do novo patamar dos direitos sociais e trabalhistas.

Dois anos depois, contudo, a recessão do início da década de 1990 implicou retrocesso aos direitos da classe trabalhadora. Com a adoção do receituário neoliberal, o objetivo de enfraquecer o mundo do trabalho foi alcançado, mostrando-se fundamental para evitar a reação organizada da sociedade ao rebaixamento das condições e relações de trabalho.

Desde o ano de 2015 que o Brasil convive com a quarta recessão econômica, cujos efeitos têm sido a ampliação do sofrimento humano, sobretudo dos trabalhadores que passaram a ter rendimento menor e ocupações a menos. O



desemprego generalizado e a pobreza crescente apontam para direção inversa à verificada nos anos 2000.

Tal como nos governos neoliberais durante os anos de 1990, a velha cantilena da redução dos direitos sociais e trabalhistas voltou a ser entoada pelo governo sob o coro dos patrões. Não apenas a nova lei da terceirização, como a simplificação trabalhista propostas apontam para a uberização das relações de trabalho no Brasil.

O propósito atual de enxugar os direitos sociais e trabalhistas assenta-se na ideia de que quanto menor o custo de contratação do trabalho pelo empregador, maior a possibilidade de elevar a competitividade da empresa, permitindo, na sequência, elevar o nível de emprego. Mas ao mesmo tempo em que o emprego da mão de obra é custo para o patrão, também é o rendimento para os ocupados.

Com menor rendimento e maior flexibilidade contratual, os trabalhadores consomem menos ainda, fazendo contrair, em consequência, o consumo. E, por sua vez, a provocação da queda da demanda na economia como um todo, fazendo aumentar o desemprego da força de trabalho. Retrocesso em cima de retrocessos.

() Economista, ex-presidente do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA). Artigo publicado originalmente na Rede Brasil Atual em 13/08/2016.*

Fonte: Diap

INSS quer economizar R\$ 6 bi após revisão de aposentadorias por invalidez

A partir de setembro, o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), deve começar a convocar as pessoas que recebem auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez por mais de dois anos para revisar a necessidade do benefício.

O INSS publicou nessa segunda-feira (22) no Diário Oficial da União os procedimentos para essa revisão. O objetivo do governo federal é convocar cerca de 1,6 milhão de pessoas que recebem um dos benefícios para verificar a existência da incapacidade ao trabalho, que é o que justifica o pagamento dos benefícios.

O auxílio-doença e a aposentadoria por invalidez são pagos aos trabalhadores que têm problemas de saúde ou sofrem acidentes que o impedem de trabalhar.

Nos casos em que se constatar a capacidade para o trabalho, o benefício será cortado sem necessidade de manifestação prévia. Os médicos do INSS vão receber um extra de R\$ 60 por perícia realizada.

Esse pente fino vai excluir os aposentados por invalidez com mais de 60 anos e a convocação vai começar pelos mais jovens. A expectativa do governo federal é reduzir em mais de R\$ 6 bilhões os pagamentos com esses benefícios.

Fonte: Portal EBC



Mercado diz que economia crescerá 1,2% em 2017

Instituições financeiras consultadas pelo Banco Central (BC) informaram que a projeção de crescimento da economia brasileira em 2017 passou de 1,1% para 1,2%. Para 2016, elas mantêm a estimativa de encolhimento da economia. A projeção de queda do Produto Interno Bruto (PIB), soma de todos os bens e serviços produzidos no país, permanece em 3,20% para 2016. As estimativas fazem parte de pesquisa feita todas as semanas pelo BC sobre os principais indicadores da economia. O levantamento é divulgado às segundas-feiras no boletim Focus.

A projeção das instituições financeiras para a inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), foi mantida em 7,31% este ano, e caiu de 5,14% para 5,12%, em 2017. As estimativas estão distantes do centro da meta de inflação de 4,5%. Para 2016, a projeção ultrapassa também o limite superior da meta que é 6,5%. O teto da meta em 2017 é 6%.

Inflação - É função do BC fazer com que a inflação fique dentro da meta. Um dos instrumentos usados para influenciar a atividade econômica e, conseqüentemente, a inflação, é a taxa básica de juros, a Selic. Quando o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central aumenta a Selic, a meta é conter a demanda aquecida, e isso gera reflexos nos preços, porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança.

Quando o Copom reduz os juros básicos, a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, mas a medida

alivia o controle sobre a inflação. Atualmente, a Selic está em 14,25% ao ano.

A expectativa das instituições financeiras para a taxa Selic permanece em 13,75% ao ano, ao final de 2016, e segue em 11% ao ano no fim de 2017. A projeção para a cotação do dólar segue em R\$ 3,30 ao final de 2016, e caiu de R\$ 3,50 para R\$ 3,45, no fim de 2017.

Fonte: Agência Brasil

Terceiros não podem ter acesso irrestrito em consulta eletrônica de processos

A publicidade dos atos processuais não autoriza o acesso irrestrito por terceiros a todo conteúdo de documentos dos processos eletrônicos. Esse foi o entendimento do Conselho Nacional de Justiça, ao negar um pedido de acesso a todas as peças de processos, por todos os usuários do sistema eletrônico do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, mesmo que não fosse partes das ações.

O pedido foi negado com base na Lei do Processo Eletrônico (Lei 11.419/1996) e em Resoluções do CNJ, que regulamentaram o acesso aos processos eletrônicos (resoluções 121/2010; 185/2013 e 215/2015). A conselheira Daldice Santana, relatora, ressaltou que o CNJ já decidiu ser impossível permitir o acesso amplo às íntegras dos documentos a quem não for parte.

Em referência à Resolução 121, ela explicou que a norma estabelece níveis distintos



de acesso, com perfis formatados conforme a posição assumida no processo. O processo é público, mas alguns documentos não serão disponibilizados para consulta geral porque há dados pessoais que não estão incluídos nos chamados dados básicos do processo (estes de livre acesso).

A decisão também cita a Resolução 215/2015 do CNJ, que regulamenta a Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011) no âmbito do Poder Judiciário e que ressalva o acesso de dados referentes à intimidade das partes. Cita também o artigo 6º da Resolução 185/2013, que prevê que os usuários “terão acesso às funcionalidades do PJe de acordo com o perfil que lhes for atribuído no sistema e em razão da natureza de sua relação jurídico-processual”. Com informações da Assessoria de Imprensa do CNJ.

Fonte: Consultor Jurídico

Mediação torna Judiciário mais célere e transparente na solução de conflitos

A mediação extrajudicial de conflitos representa uma “grande mudança de mentalidade” na forma de solução de controvérsias, permite a pacificação social e ainda contribui para reduzir o número de processos atualmente em tramitação no Poder Judiciário.

As vantagens da mediação foram apresentadas nesta segunda-feira (22) pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Luis Felipe Salomão na abertura da I Jornada sobre Prevenção e Solução Extrajudicial de Litígios. O

evento reúne dezenas de especialistas, magistrados e advogados, no Conselho da Justiça Federal (CJF), em Brasília.

O ministro disse que a Constituição Federal ampliou o acesso dos cidadãos ao Poder Judiciário, o que resultou em um “crescimento exponencial” de demandas. Atualmente, segundo os números apresentados, são cerca de cem milhões de processos em andamento, o que representa um processo para cada dois habitantes, congestionando os tribunais.

Proposições - “A mediação extrajudicial permite a pacificação social e a desobstrução do Judiciário”, afirmou o ministro, coordenador do evento. Salomão ressaltou ainda outro “efeito almejado” da mediação, que é o de prevenir novas controvérsias, ao estimular o entendimento entre as partes.

Durante dois dias, os participantes do evento vão discutir as propostas enviadas. Dos 386 enunciados encaminhados, 227 foram aprovados e serão debatidos por três grupos de trabalho. Nesta terça-feira (23), as propostas serão levadas ao plenário para aprovação final. Depois de aprovados, os enunciados serão publicados e divulgados pelo Centro de Estudos Judiciários (CEJ) do Conselho da Justiça Federal (CJF).

Produtividade - Na abertura do evento, o presidente do STJ, Francisco Falcão, ressaltou a iniciativa para aumentar a produtividade da corte, como a gestão do Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos (Nurer), que evitou a distribuição desnecessária de recursos. Para Falcão, a mediação extrajudicial contribuirá para transformar o Judiciário em um Poder “mais célere e transparente”.

Fonte: STJ



Você já verificou se tem direito ao abono salarial do PIS/Pasep ano-base 2014?

Benefício é de um salário mínimo e pode ser retirado até o próximo dia 31 de agosto

Mais de um milhão de trabalhadores ainda não sacou o abono salarial do PIS/Pasep ano-base 2014. E parte dessas pessoas pode não saber se têm direito ao benefício. O valor é de um salário mínimo e pode ser retirado de qualquer agência da Caixa ou Banco do Brasil de todo o país até 31 agosto, quarta-feira da próxima semana.

“Esse calendário que está se encerrando agora se refere ao ano de 2014. Como já faz dois anos, é possível que esses trabalhadores não se recordem que têm direito ao abono. Então, recomendo que as pessoas procurem se lembrar se trabalharam com carteira assinada ou em algum órgão público naquele ano e se informem sobre o abono”, alerta o coordenador geral de Seguro-Desemprego, Abono Salarial e Identificação Profissional do Ministério do Trabalho, Márcio Borges.

Borges lembra que para o ano-base de 2014 ainda vale a regra antiga do abono salarial. Ou seja, basta ter trabalhado pelo menos 30 dias com carteira assinada e salário médio de até dois salários mínimos naquele ano, além de já estar inscrito no PIS/Pasep há no mínimo cinco anos e ter tido o nome informado pelo empregador na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). “Quem se enquadra nesses pré-requisitos têm

Valor do Abono Salarial – 2016-2017

Meses trabalhados (dias)	Valor Abono <small>www.calendariodopis2015.net</small>
1 (30 a 44)	R\$ 74,00
2 (45 a 74)	R\$ 147,00
3 (75 a 104)	R\$ 220,00
4 (105 a 134)	R\$ 294,00
5 (135 a 164)	R\$ 367,00
6 (165 a 194)	R\$ 440,00
7 (195 a 224)	R\$ 514,00
8 (225 a 254)	R\$ 587,00
9 (255 a 284)	R\$ 660,00
10 (285 a 314)	R\$ 734,00
11 (315 a 344)	R\$ 807,00
12 (345 a 365)	R\$ 880,00

direito ao valor integral, que é de um salário mínimo, de R\$ 880”, explica.

O Ministério do Trabalho desenvolveu uma ferramenta online para os trabalhadores checarem se têm direito ao abono. Basta acessar o endereço <http://abonosalarial.mte.gov.br/> e digitar o número do PIS/Pasep ou CPF e a data de nascimento, que o sistema fornecerá a informação. O outro canal de comunicação é o serviço Alô Trabalho, que atende pelo número 158.

Os trabalhadores inscritos no PIS podem ligar ainda para o número de informações da Caixa, que atende no 0800-726 02 07. Para os inscritos no Pasep, a referência é o Banco do Brasil, pelo telefone 0800-729 00 01.

Fonte: MTE



Conselho Fiscal da CONTRICOM reunido em Florianópolis (SC)

O Conselho Fiscal da CONTRICOM, integrado pelos companheiros Raimundo Ferreira Brito (BA), Antonio Lopes de Carvalho (MT) e Evilásio de Deus Lopes (PI) *(foto)* reuniu-se, ontem (22), durante todo o dia, em Florianópolis (SC) para analisar as contas da entidade.

AGENDA PRESIDENTE

FRANCISCO CHAGAS COSTA – MAZINHO

Preside, hoje, durante todo o dia, em Florianópolis (SC) reunião ordinária da Diretoria da CONTRICOM, que discutirá vários temas de interesse da categoria da construção e do mobiliário e do movimento sindical.

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Secretário para Assuntos de Comunicação

Luis Carneiro Rocha

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)